



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA - 0016

[2501 a 3000 processos]

Entre os dias 9 e 13 do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presente a Juíza Titular CANDY FLORENCIO THOME. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ARACOIABA DA SERRA, SOROCABA, VOTORANTIM
Lei de Criação:	5.892/73
Data de Instalação:	15/08/1974
Data de Instalação do PJE:	12/03/2014
Data da Última Correição:	06/03/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	16 %
Acervo PJe/Acervo Total:	84 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
CANDY FLORENCIO THOME	19/10/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
19/06/2017 a 19/06/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
21/06/2017 a 21/06/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
23/06/2017 a 23/06/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
18/09/2017 a 09/10/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
10/10/2017 a 17/10/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
12/10/2017 a 15/10/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
11/12/2017 a 14/12/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
17/01/2018 a 15/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/02/2018 a 16/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ERIKA FERRARI ZANELLA	09/03/2018 a 09/03/2018
ERIKA FERRARI ZANELLA	10/03/2018 a 11/03/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
EVERTON VINICIUS DA SILVA	20/09/2017 a 19/10/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	07/02/2018 a 16/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JEFERSON PEYERL	23/03/2017 a 26/03/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSE ANTONIO DOSUALDO	22/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
TONY EVERSON SIMÃO CARMONA	07/01/2017 a 19/12/2017
TONY EVERSON SIMÃO CARMONA	08/01/2018 a 04/04/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/03/2017 a 11/04/2017	FERIAS
21/08/2017 a 19/09/2017	FERIAS
12/03/2018 a 04/04/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA PRADO DO ESPIRITO SANTO	REQ	-	17/08/2017
BRAZ DE CAMARGO JUNIOR	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/01/2004
FERNANDA PASIN DIAS	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	04/07/2011
IAN D OLIVEIRA CHEUNG	REQ	FC-01 EXECUTANTE	01/12/2010
LIDIA ISABEL STEFANI	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	03/07/2017
MARIA CAROLINA FERREIRA DE CASTILHO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	03/10/2005
MAURICIO DE BARROS	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/03/1999
RAUL TADEI TORMENA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	23/01/2012
ROGERIO ALBERTO GONCALVES STEFANELLI	TJA	-	30/01/2017
TELMA SOUZA BARROS	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	14/07/2016
VALERIA AFFONSO PINTO MENDES	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	22/03/2010
VERA BEVILACQUA	REQ	-	12/07/2012
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	7
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	9
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	3
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	118
LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO	19
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	8
TOTAL	164



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
NATALIA TOMAZ CLEMENTE	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA - FADI	21/08/2017
NAYARA DOS SANTOS EUGENIO DA SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
THAINA SILVA BARONOVSKY	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CANDY FLORENCIO THOME	137
TONY EVERSON SIMÃO CARMONA	71

SERVIDORES	HORAS
MARIA CAROLINA FERREIRA DE CASTILHO	270
ROGERIO ALBERTO GONCALVES STEFANELLI	120



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.512	1.638	2.678
	Aguardando encerramento da instrução	1.376	1.050	1.261
	Aguardando prolação de sentença	335	183	271
	Aguardando cumprimento de acordo	527	483	568
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.051	1.750	2.094
	Pendentes de finalização		5.800	5.103
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	859	421	758
	Liquidados pendentes de finalização na fase	420	317	396
	Pendentes de finalização	1.280	739	1.155
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.744	1.240	1.822
	Encerrados pendentes de finalização na fase	53	108	84
	Pendentes de finalização	1.797	1.352	1.906
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	17	23	5
TOTAL		8.894	7.217	9.937

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.534	1.584	2.433
	Aguardando encerramento da instrução	1.518	1.089	1.585
	Aguardando prolação de sentença	474	167	245
	Aguardando cumprimento de acordo	458	394	416
	Solucionados pendentes de finalização na fase	5.663	4.778	6.288
	Pendentes de finalização		5.772	4.920
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	967	511	871
	Liquidados pendentes de finalização na fase	821	473	738
	Pendentes de finalização	1.376	821	1.210
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.183	1.176	1.770
	Encerrados pendentes de finalização na fase	510	620	624
	Pendentes de finalização	1.225	1.325	1.840
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	5	0	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	24	89	28
TOTAL		8.402	7.155	9.647



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	368	413	131
Exceções de Incompetência	25	14	17
Antecipações de Tutela	403	432	2
Impugnações à Sentença de Liquidação	28	18	21
Embargos à Execução	65	47	74
Embargos à Arrematação	0	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	7	8	8
TOTAIS	896	932	254

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	191	154	153
Exceções de Incompetência	25	19	13
Antecipações de Tutela	446	431	46
Impugnações à Sentença de Liquidação	12	10	18
Embargos à Execução	45	44	63
Embargos à Arrematação	0	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	4	8
TOTAIS	725	662	302



6 - RECURSOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.033	1.100	187
Recurso Adesivo	93	113	11
Agravo de petição	33	34	1
Agravo de Instrumento	13	9	5
TOTAIS	1.172	1.256	204

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	476	480	170
Recurso Adesivo	29	20	13
Agravo de petição	19	13	10
Agravo de Instrumento	8	3	6
TOTAIS	532	516	199



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	796	167	224	336
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.938	478	397	569
Total / Média	2.734	387	353	501

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	788	185	232	350
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.799	506	412	595
Total / Média	2.587	408	364	521

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	490	30	25	35
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.337	72	39	57
Total / Média	1.827	61	36	51

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	153	427	217	364
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	415	444	238	383
Total / Média	568	440	233	378

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	192	1.231	1.965	2.037
Do início ao encerramento da execução - ente público	5	926	999	1.479
Total / Média	197	1.224	1.882	2.007

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	789	166	201	297
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.762	403	352	495
Total / Média	2.551	330	312	435

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	737	182	206	295
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.382	398	351	480
Total / Média	2.119	323	311	420

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	367	41	26	28
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	755	43	39	36
Total / Média	1.122	42	36	34

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	161	324	219	329
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	303	331	228	343
Total / Média	464	329	226	339

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	387	2.418	1.873	2.090
Do início ao encerramento da execução - ente público	13	686	1.224	1.702
Total / Média	400	2.362	1.802	2.068

*Do início até a extinção da execução

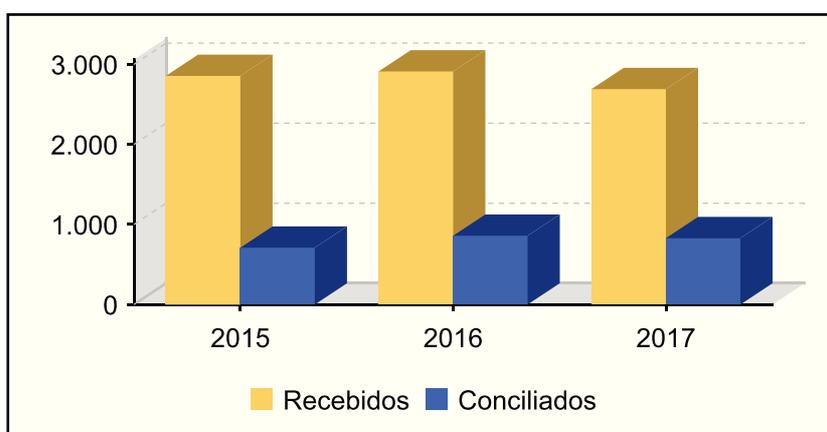


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

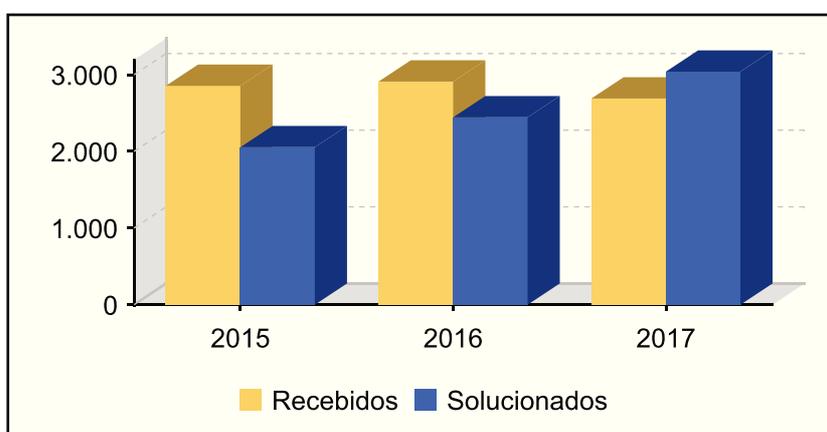
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.856	710	24,86
2016	2.912	859	29,50
2017	2.691	829	30,81



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.856	2.055	71,95
2016	2.912	2.445	83,96
2017	2.691	3.041	113,01



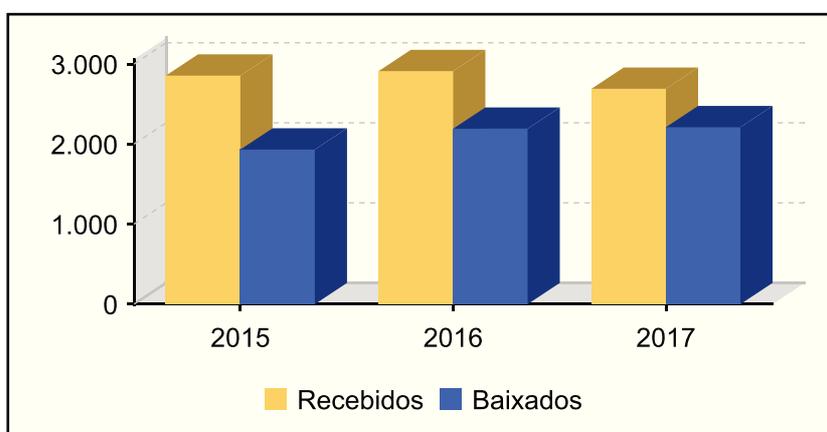


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

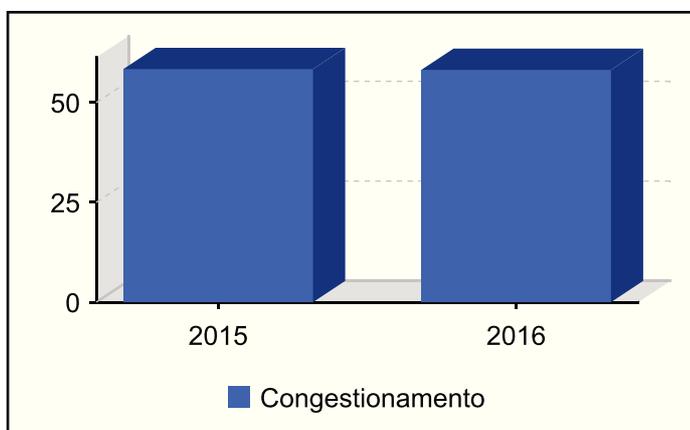
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.856	1.932	67,65
2016	2.912	2.192	75,27
2017	2.691	2.211	82,16



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.081	2.856	2.055	58,38
2016	2.936	2.912	2.445	58,19

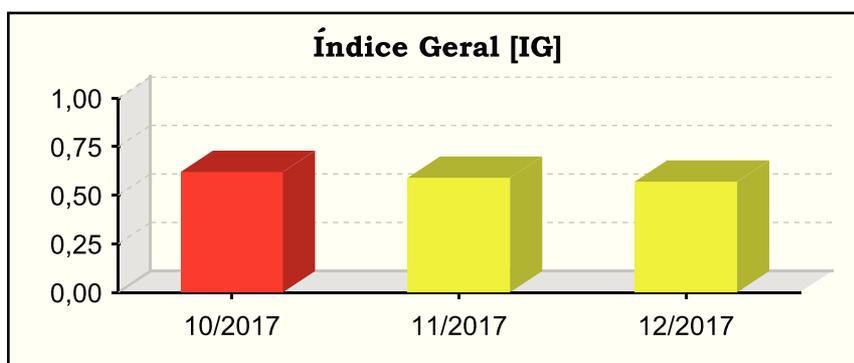
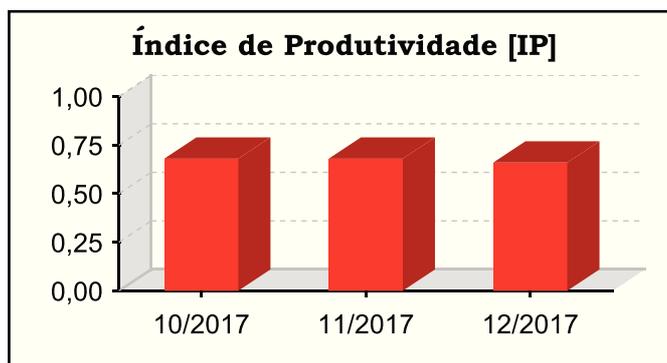
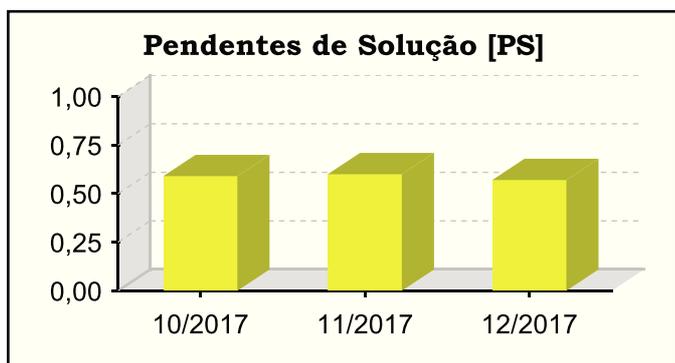
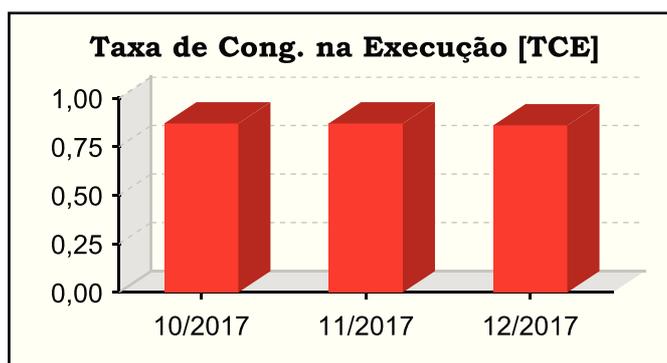
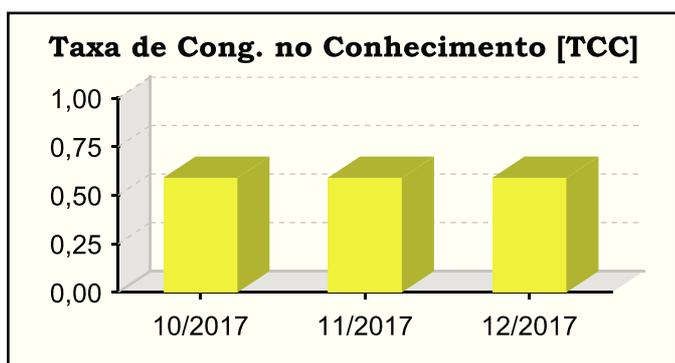




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,59	0,87	0,59	0,68	0,62
11/2017	0,59	0,87	0,60	0,68	0,59
12/2017	0,59	0,86	0,57	0,66	0,57





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	829	69,1	42,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.631	135,9	83,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.460	205,0	125,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	581	48,4	29,7
Incidentes Processuais Resolvidos	1.067	88,9	54,6
Dias-Juiz	586	48,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	30.797	88,5	49,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	35.337	101,5	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	66.134	190,0	106,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	10.652	30,6	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	27.335	78,5	43,9
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

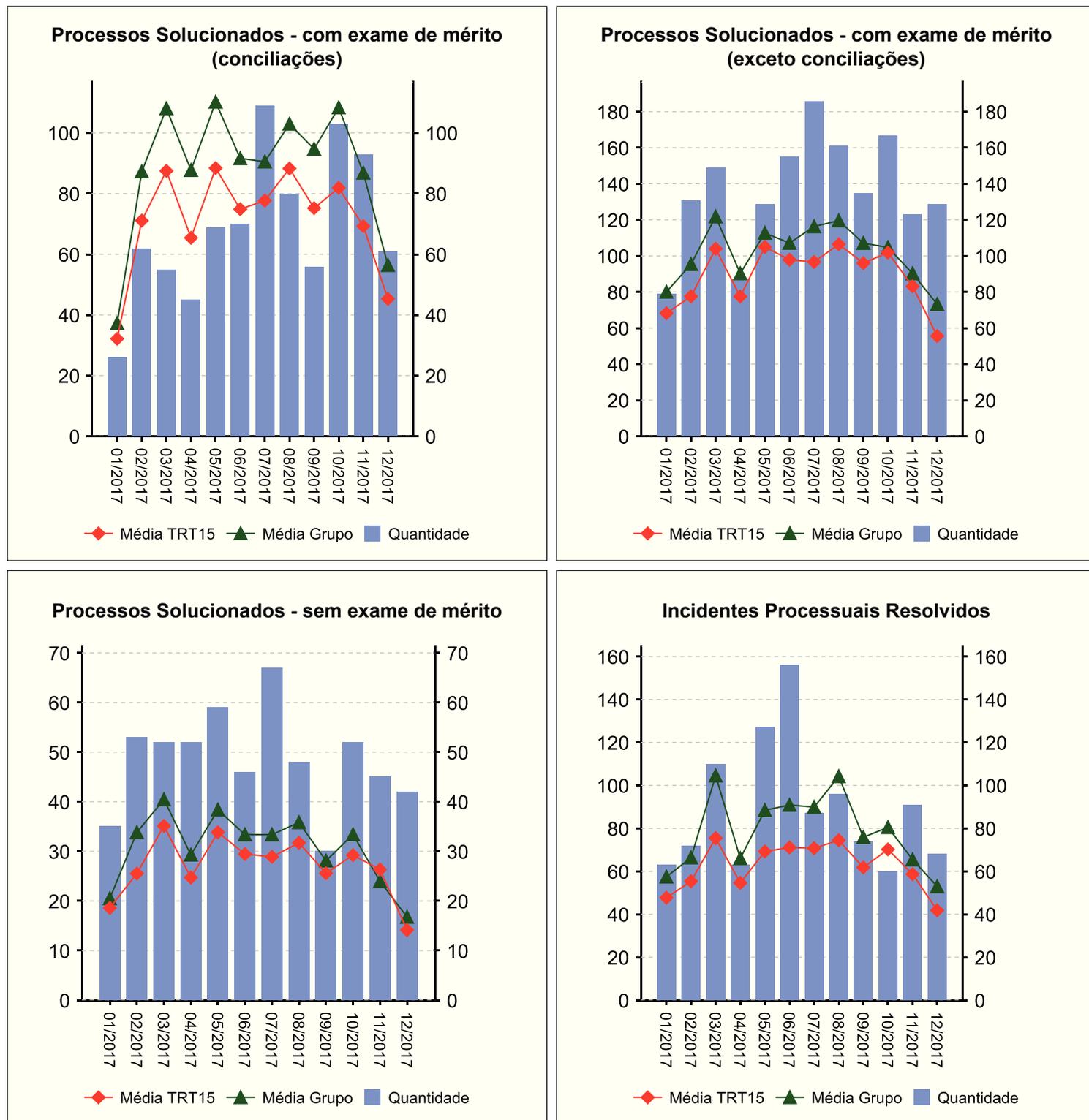
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.327	110,6	67,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.056	88,0	54,1
Sessões de audiência realizadas - una	665	55,4	34,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	218	18,2	11,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	488	40,7	25,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.721	143,4	88,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	706	58,8	36,1
Dias-Juiz	586	48,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

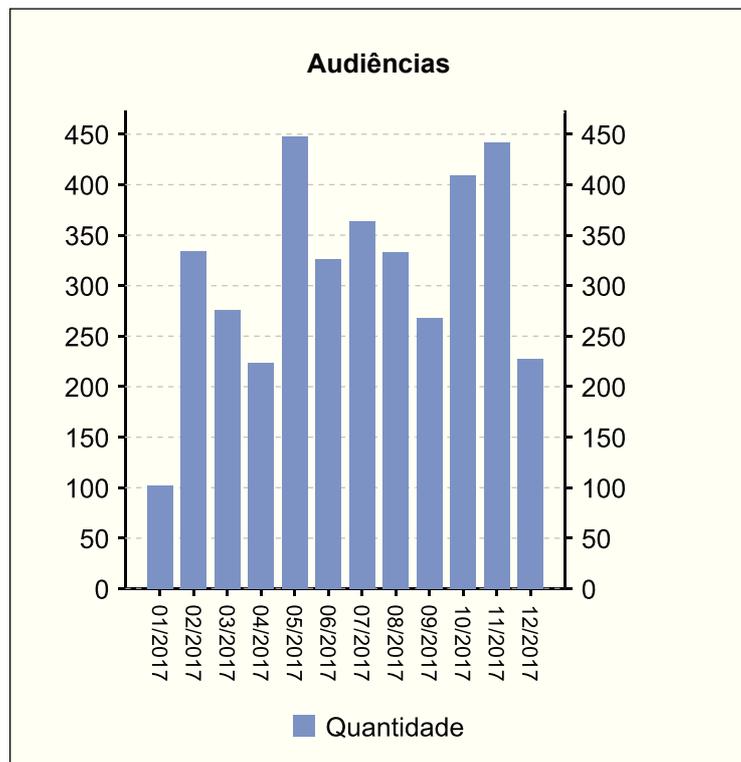


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

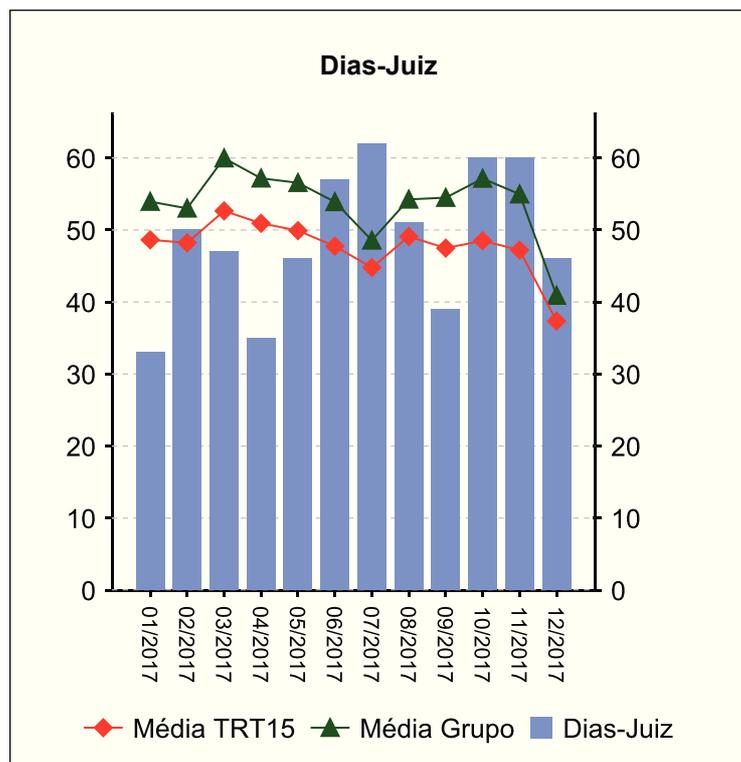
[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	0	1	49	26	26	102
02/2017	1	32	149	86	66	334
03/2017	0	33	85	120	38	276
04/2017	2	49	84	50	39	224
05/2017	16	101	171	92	68	448
06/2017	9	4	143	97	73	326
07/2017	8	17	150	111	78	364
08/2017	17	61	100	112	43	333
09/2017	11	60	63	106	28	268
10/2017	70	8	158	100	73	409
11/2017	57	94	116	84	91	442
12/2017	27	28	59	72	42	228
Total	218	488	1327	1056	665	3754



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2017	33
02/2017	50
03/2017	47
04/2017	35
05/2017	46
06/2017	57
07/2017	62
08/2017	51
09/2017	39
10/2017	60
11/2017	60
12/2017	46
Média Mensal	48,8



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	857	71,4	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.036	86,3	52,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.893	157,8	96,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	541	45,1	27,6
Incidentes Processuais Resolvidos	720	60,0	36,7
Dias-Juiz	589	49,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.351	90,1	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	31.878	91,6	53,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	63.229	181,7	105,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.630	33,4	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	21.656	62,2	36,0
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

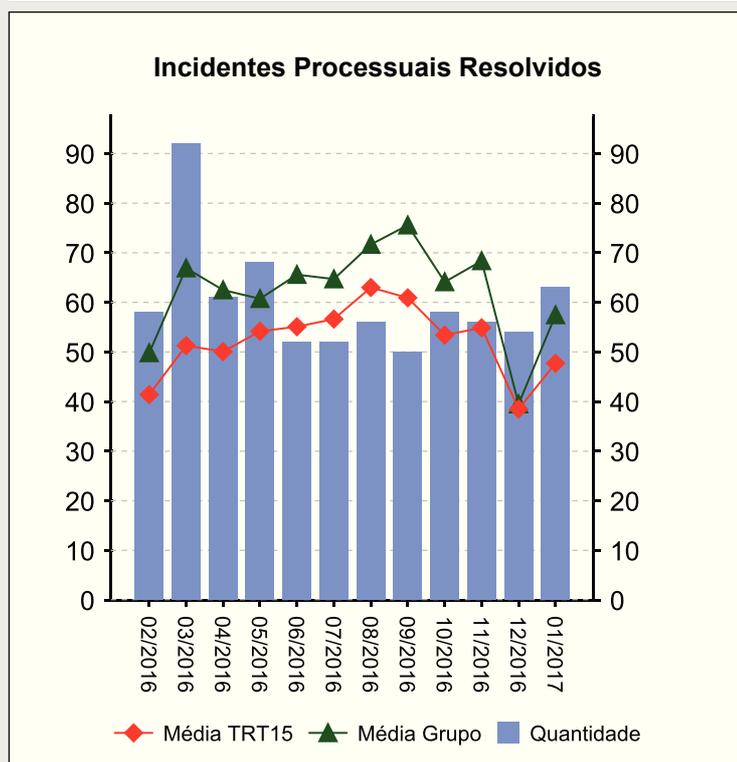
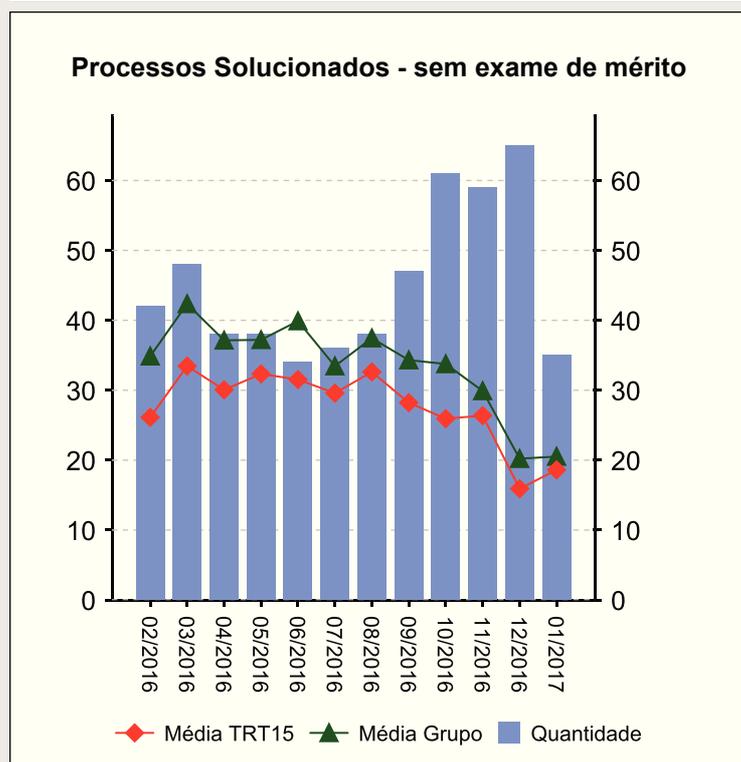
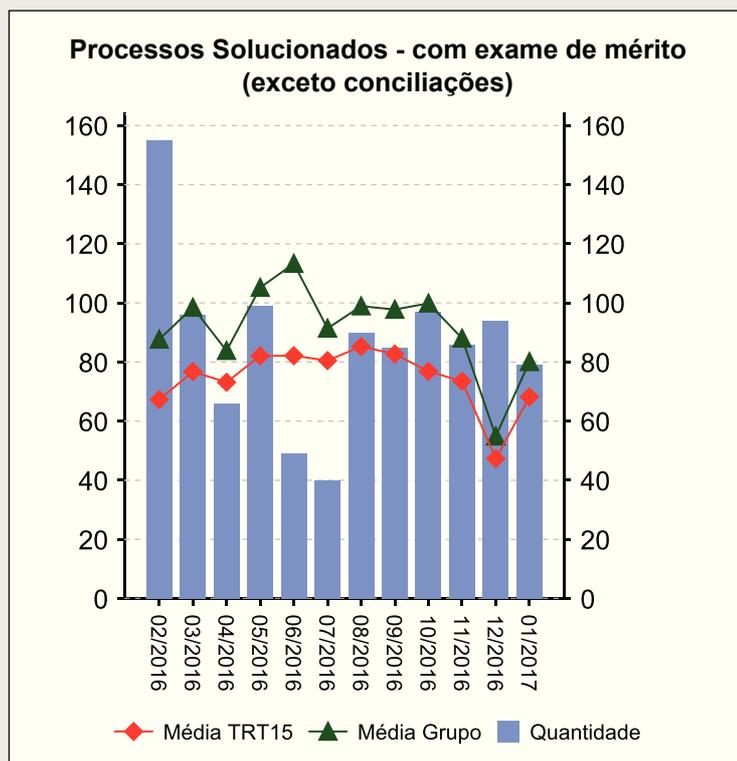
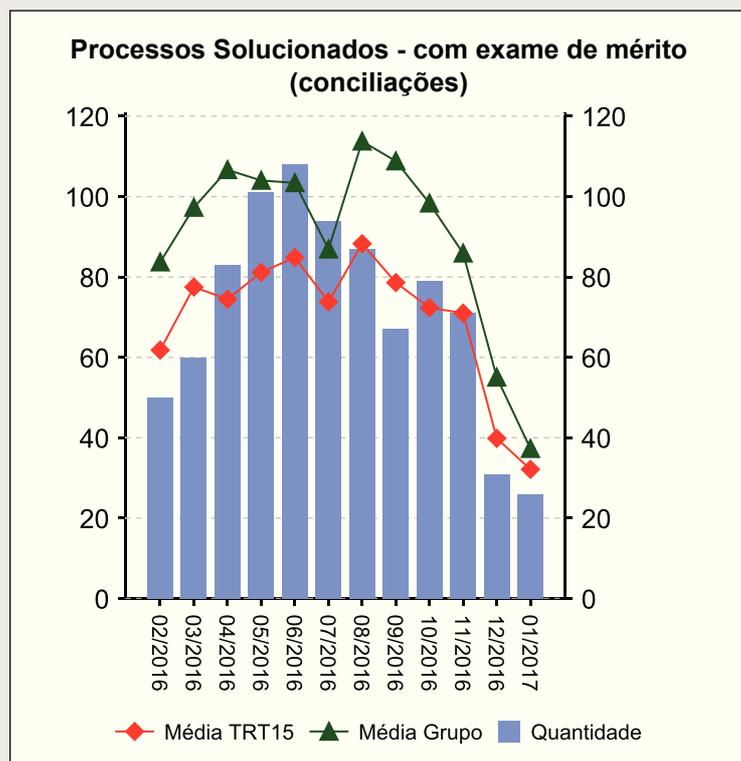
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.729	144,1	88,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	962	80,2	49,0
Sessões de audiência realizadas - una	773	64,4	39,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	28	2,3	1,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	328	27,3	16,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.735	144,6	88,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	356	29,7	18,1
Dias-Juiz	589	49,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



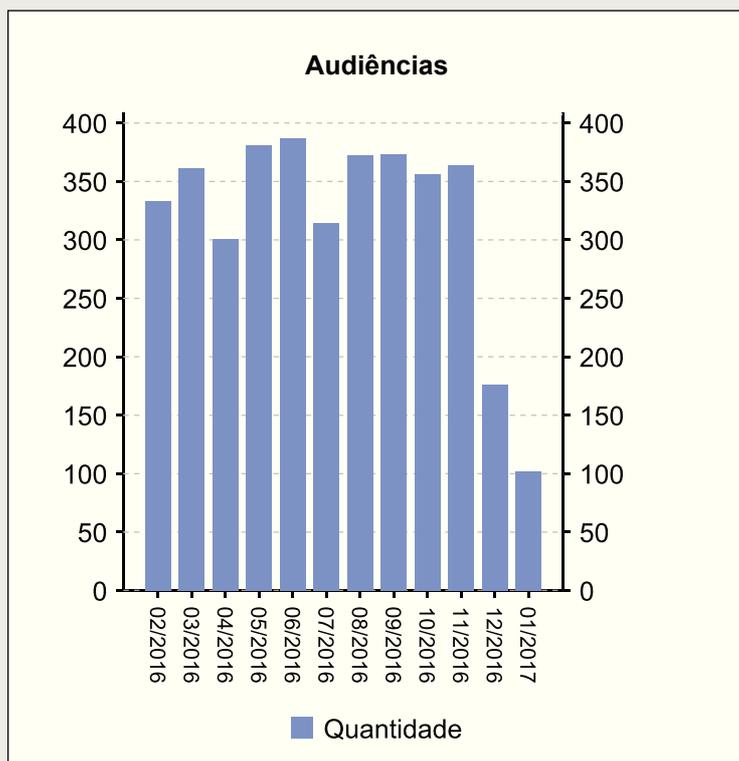
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

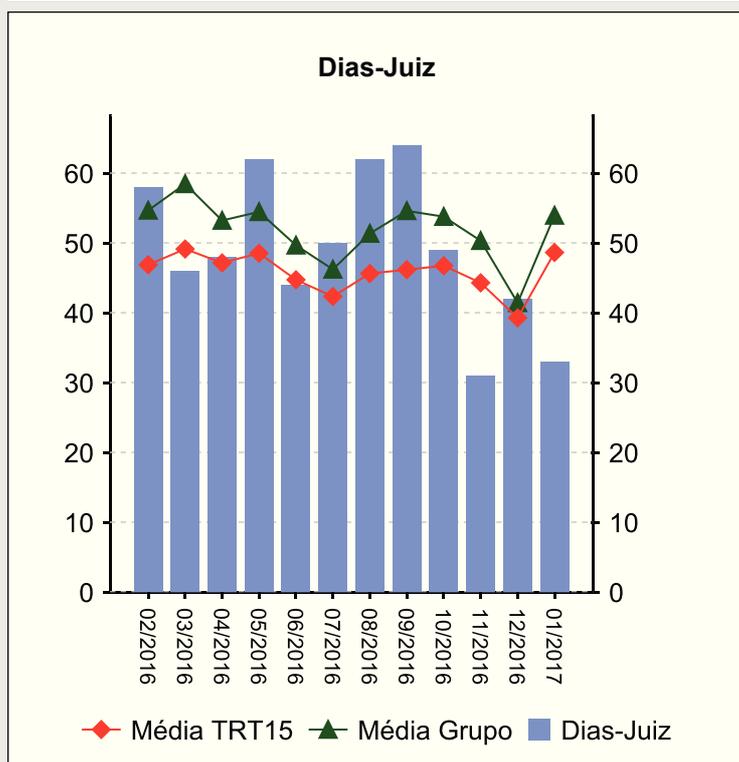
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	5	31	152	83	62	333
03/2016	1	32	174	68	86	361
04/2016	0	2	151	75	73	301
05/2016	4	31	168	101	77	381
06/2016	3	62	177	64	81	387
07/2016	4	15	158	62	75	314
08/2016	3	31	164	98	76	372
09/2016	1	20	166	132	54	373
10/2016	4	32	162	103	55	356
11/2016	2	66	131	94	71	364
12/2016	1	5	77	56	37	176
01/2017	0	1	49	26	26	102
Total	28	328	1729	962	773	3820



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	58
03/2016	46
04/2016	48
05/2016	62
06/2016	44
07/2016	50
08/2016	62
09/2016	64
10/2016	49
11/2016	31
12/2016	42
01/2017	33
Média Mensal	49,1



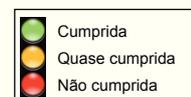
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

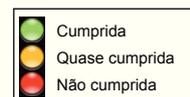
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2691	3041	2422	0	224	253	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

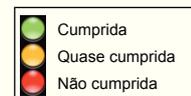
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2856	2570	2552	18	253	53	21 %	99 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
786	276	707	510	66	23	28 %





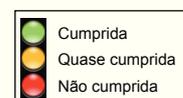
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

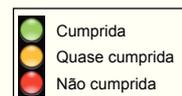
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
14	20	0	1	93 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
329	409	316	71 % 





12 - ARRECADAÇÃO [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 79.955,70	R\$ 42.712,01	R\$ 0,00	R\$ 1.172.794,18



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	2
2012	8
2013	23
2014	120
2015	374
2016	1038
2017	1658



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3243		1	13	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 12 servidores está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Carlos Eduardo De Almeida Ferreira – Assistente da Juíza Titular Candy Florencio Thome.

Ivanilda Petrocino Dazinger Moreira – Assistente do Juiz Substituto Tony Everson Simão Carmona.

Atualmente, o quadro de servidores está completo, com a recente chegada de uma servidora. Todavia, o gestor esclarece que outro dos servidores do quadro da unidade, por quebra de permuta, retornará a São Paulo, para posterior e nova permuta com servidor de unidade diversa (VT de Piedade), o que, por fim, resultará em um servidor na lotação, abaixo do parâmetro da Portaria GP nº 39/2017.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 10/04/2018)

PJe

Data de corte: 24/02/2018

SAP

Data de corte: 24/02/2018



Saldo:	1754	Saldo:	301
Data do mais antigo:	04/07/2017	Data do mais antigo:	30/01/2017
		Total:	2055

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,57, mesmo índice verificado na última Correição (0,57 em 01/2017).

Observando as variáveis que compõe tal índice, houve melhora nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,64 em 01/2017 para 0,59 em 12/2017. De forma semelhante, a TCE – taxa de congestionamento na execução também melhorou no período: de 0,69 em 01/2017 para 0,66 em 12/2017).

No entanto, teve pequena variação negativa a variável Acervo (de 0,71 em 01/2017 a 0,74 em 12/2017) e a variável do Prazo Médio do Início ao Encerramento da Liquidação que piorou de 0,68 em 01/2017 para 0,86 em 12/2017, o que também inspira atenção na fase de liquidação.

A Unidade encontra-se inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano necessitou de ajustes para atingir o objetivo proposto e tem como previsão de encerramento o final do mês de abril de 2018.

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 180/2017 no PROAD.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o



recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010303-95.2014.5.15.0016, 0010423-36.2017.5.15.0016 e 0012411-92.2017.5.15.0016;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo do processo nº 0011443-33.2015.5.15.0016;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 02/04/2018, verificou-se a existência de 504 protocolos nos últimos 12 meses, com 1 pendência e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010456-60.2016.5.15.0016, 0000195-75.2012.5.15.0016 e 0001551-42.2011.5.15.0016;

16.5 – há audiências designadas em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 488 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,57 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que



aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Sorocaba apresenta 57% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 48,8 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (53,7) e à média mensal apurada na última correição (49,1).

Proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 42,4 processos solucionados por meio de conciliações inferior à média de referido grupo (RARIA 49,4) e à última correição (RARIA 52,1). No entanto, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 83,5, superior à média do grupo, de 56,7 (RARIA) e à última correição (RARIA de 52,8), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 125,9 (RARIA) na Unidade, superiores à média do grupo 106,1 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 96,4 apurado na última correição.

Verifica-se que o índice de solucionados (item 8.2) em 2017 foi de 113,01%, demonstrando que a Unidade solucionou (3041) mais processos do que recebeu (2691) no ano.

De toda forma, necessário que a 2ª Vara do Trabalho de Sorocaba continue envidando esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou em comparação com o resultado verificado na última correição (de 323 para 408).

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 71% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 10/04/2018 que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM	QUANTIDADE	PRAZO ATÉ A
-------------	-----------------------	-------------------	--------------------



	REGULARIDADE ATÉ	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	05/06/2018	4	57
INICIAIS/ Sum:	05/06/2018	-	57
UNAS/ Ord:	07/06/2018	-	59
UNAS/Sum:	07/06/2018	5	59
INSTRUÇÕES/Ord:	11/04/2019	1	59
INSTRUÇÕES/Sum:	07/06/2018	-	367
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Não é também utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial não são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde						0
terça	manhã						0
	tarde						0
quarta	manhã			6			6
	tarde	5	10	1		4	20
quinta	manhã			6			6
	tarde	5	10	1		4	20
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã			6			6
	tarde	5	10	1		4	20
terça	manhã			6			6



	tarde	5	10	1		4	20
quarta	manhã						0
	tarde						0
quinta	manhã						0
	tarde						0
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que além dos processos regularmente enviados ao CEJUSC local, há pauta de mediações/UNA que são realizadas no Gabinete da Juíza Titular, com 4 audiências diárias, de segunda a quinta-feira, mediadas pela servidora Maria Carolina Ferreira de Castilho com auxílio das estagiárias. Noticiou, também que há outras duas servidoras capacitadas como mediadoras pela Escola Judicial.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 88,1 audiências unas e de instrução igual ao resultado verificado na última correição (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 387 dias, maior que o de seu grupo (353 dias), mas menor que o do Fórum (501 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 167 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 478 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

No entanto, em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio aumentou de 330 para 387 dias. A média mensal de audiências unas somadas às audiências de instrução foi de 143,4 (RARIA 88,1) no atual período correicionado, próximo



ao resultado já verificado na correição passada, de 144,6 audiências (RARIA 88,4), não se demonstrando incremento à pauta no sentido determinado na última ata de correição.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 1376, quantidade maior que a média de seu grupo e que a do Fórum.

Verificou-se que a Unidade realizou 3754 audiências, das quais 1327 foram do tipo inicial, 1056 de instrução, 665 unas, 488 de conciliações na execução, 218 de conciliação no conhecimento. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 05/06/2018, UNA até 07/06/2018 e de instrução até 11/04/2019. Com exceção das audiências de instrução, o prazo para realizar audiências iniciais e unas estão bem abaixo da média do Fórum, merecendo elogios, inclusive, pela prioridade atribuída aos feitos submetidos ao rito sumaríssimo. Registra-se que a MM. Juíza Titular, Candy Florêncio Thomé é quem faz a triagem inicial e elabora a pauta de audiências, sempre observando o tipo de demandas que são distribuídas.

19 – CONSTATAÇÕES:

Realizada a apresentação de dados para toda a equipe da 2ª Vara do Trabalho de Sorocaba, foi reunido o gestor e sua assistente para orientações e esclarecimentos.

A Unidade manifestou interesse em participar do projeto Apoia15 no início de 2017, com Plano de Ação aprovado em 7/8/2017, autorizando o prazo de 70 dias para tramitação dos processos "do dia" (força de trabalho – 72% em junho de 2017). Naquela oportunidade foi apurado um passivo de 1010 no SAP e 735 no PJE, resultando em 1.745 processos, com previsão para encerramento do plano em 16/10/2017.

No último acompanhamento do plano verificou-se que a Unidade tramitou 1.470 processos do passivo desde a aprovação do plano ação, considerando processos físicos e eletrônicos. Todavia, a unidade não conseguiu tramitar todo o passivo até a data prevista (17/10/2017) e requereu prazo suplementar até 20/04/2018, para concluir a execução do plano de ação, o que foi deferido. Frisa-se, que após o cumprimento do Plano de Ação a Unidade deverá empreender esforços para gradativamente reduzir o prazo de tramitação dos processos, se existentes condições mínimas de lotação, uma vez que a apuração do mês de dezembro/2017 demonstrou que a Unidade contava com apenas 64% da força de trabalho considerada como ideal.



A Unidade conta com servidores em teletrabalho, devendo observar com rigor os requisitos para o seu exercício, notadamente quanto a produtividade.

Registra-se que a Unidade possui um dos maiores acervos processuais deste Regional (aproximadamente 9.000 processos em tramitação) e, no momento, está com quatro (04) servidores abaixo do total previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT e um (01) abaixo do previsto na Portaria GP nº 39/2017.

O Juízo deve atentar para o -relatório “convertidos em diligência” (e-gestão), uma vez que 263 processos foram convertidos nos últimos 12 meses (01/2017 a 12/2017).

Constatou-se que o atraso na liberação de valores decorre, dentre outros fatores, do elevado número de petições inespecíficas (peticionamento em pdf, manifestações, etc.), dificultando a gestão daquelas relativas a pagamentos e prejudicando a priorização na liberação dos valores depositados. A mesma inespecificidade ocorre com o cadastramento de petições de incidentes, impactando negativamente na estatística e taxas de congestionamento da Unidade. Nesse sentido, a Corregedoria sugere que sejam afixados comunicados, com orientações de procedimento aos usuários. O cadastramento específico e preciso de petições resulta na facilitação e melhora da gestão dos processos, sobretudo, em benefício dos jurisdicionados.

A unidade acompanhada pelo APOIA15, como já visto, tem plano de ação em curso, e haverá pedido para novo plano, em razão da formação de novo passivo. O corte da unidade é de 70 dias. O passivo hoje, na liquidação, é de cerca de 400 processos (mais antigo é de meados de setembro), na execução, há cerca , sendo o mais antigo de julho/2017.

O gestor informa que tem tido bastante êxito nas mediações e pondera que os processos são bem selecionados, com êxito em cerca de 60% a 70% dos processos pautados. No CEJUSC são realizadas mediações na fase de liquidação e de execução. Na própria unidade, os processos da fase de conhecimento.

Para o controle de pericias, a unidade adotou a fixação das datas para: perícia (detém agenda do perito), entrega do laudo, impugnação, resposta do perito e laudo conclusivo, com esclarecimentos. Daí, segue-se o despacho para manifestação de produção de outras provas e eventual designação de instrução.

Notificações e citações eletrônicas. A unidade não as adota, aliás, entende que seriam mais eficazes como procedimento institucional, visto a variação de procedimentos, inclusive, num mesmo fórum, como o de Sorocaba. No aspecto, a Corregedoria tem sugerido a prática, porque bem sucedido em várias unidades deste Regional.



Vinculação e conclusão de processos da magistrada. Processos com pedido na Ouvidoria, em regra, seguem o plano de ação para gestão de processos na unidade, que tem o respaldo da magistrada titular.

Constatado que há servidores em teletrabalhos não formalizados, fica determinada a regularização dessas atuações, como se verá no item 21.

Uma segunda reunião foi realizada com os gestores de todas as unidades do Fórum, inclusive da CGC de Sorocaba, a fim de tratar de assuntos comuns a todas elas.

Primeiramente, é distribuído a cada um dos gestores número de processo para consulta e eventual tramitação, respeitada a ordem cronológica e plano de ação, se em curso.

Pauta:

1. **GESTÃO POR RELATÓRIOS.** Constatado que há tramitação de processos demandada, por vezes, no atendimento de balcão, a Corregedoria reitera a gestão de processos por relatórios, os quais são extraídos e observam a cronologia do processo.
2. **PROCESSOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA.** Número elevado de conversões em diligências, demandam cautela dos gestores.
3. **NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS.** O aceite dos municípios para o procedimento das notificações eletrônicas muito beneficiariam os atos de Secretaria, todavia não há qualquer interesse de suas partes. A Corregedoria insiste na prática, haja vista a precariedade da prestação de serviços dos Correios. Aliás, sugere que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, os gestores das unidades encaminhem um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.
4. **NOTIFICAÇÕES DEVOLVIDAS.** Há necessidade de que as notificações devolvidas não sejam automaticamente demandadas aos Oficiais de Justiça, o que requer melhor apreciação por parte das secretarias das varas.
5. **PROCESSOS COM PEDIDOS DE PERÍCIA FORA DA PAUTA.** 1ª VT. Marcação manual, despacho para defesa, com nomeação de perito, entregue o laudo. Em segundo despacho, para que manifeste o interesse na produção de provas em audiência de instrução. 2ª e 3ª VT, fazem três despachos: primeiro, com prazo para defesa; segundo, para nomeação de perícia e terceiro, para que manifestem interesse em audiência de instrução.
4ª VT adota o mesmo procedimento da 1ª VT, salvo quanto à pauta que é automática, demandando a retirada de pauta.



6. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA PROCESSOS COM PEDIDO DE PERÍCIA.
 - 1ª VT. Adota o controle de perícias plenamente, com comunicação direta entre partes e perito e juntada nos autos ao final do laudo, com esclarecimentos.
 - 2ª, 3ª e 4ª VT. Datas fixadas para apresentação de laudo, impugnações, esclarecimentos.
7. PRAZOS PARA ENTREGA DE LAUDOS PERICIAIS. Em média, demandam 100 dias, o laudo pericial com esclarecimentos nos autos.
8. TRAMITAÇÃO COM EFETIVIDADE. A Corregedoria insiste que a tramitação com efetividade pressupõe a análise e realização de todos os atos que impulsionem os autos para o próximo ato, independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI, da Portaria GP-VPJ-CR 7/2012. Observar, ainda, que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
9. ATENDIMENTOS NO BALCÃO. Considerando as reclamações de advogados quanto a atendimento de balcão, a Corregedoria entende que é necessário uma filtragem dos assuntos demandados aos gestores.
10. NOTIFICAÇÕES URGENTES (ANTECIPAÇÕES DE TUTELAS DE SINDICATOS.IMPOSTO SINDICAL). A prática corriqueira direcionada aos Oficiais de Justiça prejudica, em certa medida, a atuação deles para as diligências na fase executória do processo, o que merece ponderação, portanto.
11. PROCEDIMENTOS DA FASE DE LIQUIDAÇÃO. A título de exemplo, aponta a Corregedoria o procedimento implementado na Vara do Trabalho de Barretos. Notificação das rés, com determinação para depósito do valor incontroverso, seguido da liberação ao reclamante, no seu silêncio, a homologação do cálculo. À prática pode ser complementada a designação de mediação, que, se infrutífera, enseja a homologação de cálculos e citação para pagamento.
12. LIBERAÇÃO DE VALORES. No Fórum de Sorocaba, as instituições bancárias Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal encaminham e-mail ou, depois de impresso, encaminham os comprovantes de transferência, pagamento e recolhimento para as Varas do Fórum. As Varas não emitem as guias de recolhimento das contribuições sociais, porque os bancos o fazem. Verifica-se que as partes juntam os comprovantes de pagamento de depósitos judiciais não acompanhados da guias de depósito correspondentes, tampouco, fazem a correta identificação, classificação ou enquadramento da petição de pagamento ou de pedido de liberação.
13. procedimentos para acordo na execução do Fórum



14. MELHORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE GIE E OFICIAIS DE JUSTIÇA. É de suma relevância que o GIE realize as consultas prévias no EXE15, a fim de evitar expedição de mandados repetitivos. Ademais, que conste dos mandados a qualificação das partes, fazendo constar, não só o nome, como também, o CPF da parte.
15. PROCESSO PILOTO NO ÂMBITO DO FÓRUM.
16. CEJUSC – atuação de servidores das Varas;
17. MEDIAÇÕES COM EFEITOS. 1ª VT. Não concorda com a mediação com efeitos de INI/UNA ou revelia. 2ª VT. Mediação no conhecimento, por servidor da secretaria, tem efeitos de arquivamento e revelia, se o caso. 3ª e 4ª VT realizam a medição sem efeito, como na 1ª VT.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art. 246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.2 – ordenar a pronta liberação de valores, após a liquidação de sentença em que se apurar créditos superiores ao depósito recursal, pela celeridade e efetividade processual;

20.3 – que os servidores sejam estimulados a realizar o curso “Atendimento ao Cidadão” promovido pela Escola Judicial, com período de realização permanente, na modalidade a distância.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho,



especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 2, E. CNJ (identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015); Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano); Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 99%, 28%, 93% e 71% de cumprimento.

21.3 – observar os requisitos e condições para exercício do teletrabalho, dispostos na Resolução CSJT nº 151/2015, com alterações pela resolução nº 207/2017, especialmente: art. 5º, I, (prioridade para servidores com deficiência, atestada pela unidade de saúde do Tribunal; que tenham filhos, cônjuges ou dependentes com deficiência; gestantes e lactantes; que demonstrem comprometimento e habilidades de autogerenciamento do tempo e de organização; e que estejam gozando de licença para acompanhamento de cônjuge); art. 5º, II (limite máximo de 30% dos servidores da Unidade); art. 5º, III (manutenção da plena capacidade de atendimento ao público interno e externo); art. 5º, V (promover sempre que possível o revezamento de servidores autorizados a realizar o teletrabalho, para que possam ter acesso a essa modalidade de trabalho); art. 6º (vedação de realização do teletrabalho por servidor em estágio probatório que: tenha subordinados; que ocupe cargo de direção ou chefia; apresente contraindicações por motivo de saúde, constatadas em perícia médica; tenha sofrido penalidade disciplinar nos dois anos anteriores à indicação; esteja fora do país sem direito à licença para acompanhar cônjuge); art. 8º (elaboração de plano de trabalho individualizado para cada servidor e estipulação de metas de desempenho, sempre superiores àquelas fixadas para os servidores que executam mesma atividade nas dependências do Órgão); art. 10 (acompanhar o trabalho dos servidores em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado);

21.4 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.5 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

21.6 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de



comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 2/4/2018 e 4/4/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011929-52.2014.5.15.0002	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando final do sobrestamento - 2018 - 02 - fevereiro - 2ª Quinzena" desde 6/5/2016, onde aguardava julgamento de Dissídio Coletivo de Greve no C. TST. Em consulta, verifica-se que o feito transitou em julgado em 15/12/2017.	Tramitar o feito.
2	0011307-65.2017.5.15.0016	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - 2018 - 01 - 1ª Quinzena" desde 10/11/2017. Após audiência realizada em 6/11/2017, quando foi concedido prazo de 15 dias para manifestação (vencido em 25/11/2017), foi realizado acordo, juntado em 7/12/2017, que está pendente de análise. Há outros processos pendentes na tarefa. Verificou-se situação semelhante na mesma tarefa da fase de execução, a exemplo do processo 0011738-07.2014.5.15.0016.	Analisar e dar prosseguimento. Providenciar o imediato envio dos processos que se encontram na raiz da tarefa para as subcaixas correspondentes.
3	0010594-90.2017.5.15.0016	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - Oficial de Justiça" desde 11/9/2017, com mandado infrutífero de notificação de sentença datado de 22/02/2018.	Tramitar o feito.
4	0010047-16.2018.5.15.0016	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências – Razões Finais". Em audiência realizada em 7/3/2018 encerrou-se a instrução processual, com razões finais remissivas e julgamento marcado para 13/4/2018. No entanto, não foi feita a conclusão para julgamento.	Observar com rigor a Portaria GP-CR 89/2015, que regulamenta o lançamento da conclusão ao magistrado para prolatar sentença e decisão de incidentes processuais.
5	0012627-87.2016.5.15.0016	Processo eletrônico na tarefa "Designar perícia" desde 16/1/2018. Em 23/5/2017 a reclamante foi intimada para se manifestar em réplica e sobre o pedido de reconvenção	Tramitar o feito. Levar o processo à conclusão para a designação de perícia e outras providências que se fizerem necessárias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		apresentado pela reclamada em 5 dias, prazo este vencido em 30/5/2017. Não houve qualquer andamento desde então.	
6	0000593-56.2011.5.15.0016	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando laudo pericial - 2017 - 07 - 2ª Quinzena". Em 1/3/2017 houve determinação para que a reclamada cumprisse determinação no prazo de 15 dias. A determinação foi cumprida em março de 2017, o perito intimado, mas o processo encontra-se estagnado desde então (há mais de um ano).	Verificar pendências e tramitar o feito. Intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos, bem como contato com o perito nomeado para observância dos prazos. Ressalta-se a importância da correta gestão dos prazos nas subcaixas indicativas de prazos.
7	0002162-24.2013.5.15.0016	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando bloqueio Bacen". Em 19/5/2017 foi expedido edital para citação da reclamada efetuar o pagamento. Prazo vencido. Cálculos foram atualizados em 29/1/2018. Processo encontra-se sem movimentação desde então. Há outros 46 processos pendentes na tarefa.	Reitera-se a necessidade de tramitação dos feitos com efetividade, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
8	0002659-38.2013.5.15.0016	Processo físico na variável 117 do e-GESTÃO (Embargos de declaração pendentes). Em 30/11/2017 foi registrada a ocorrência "LNP -Lançada a solução julgado improcedente o pedido".	Analisar e sanear o feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
9	0236400-76.1999.5.15.0016	Processo físico na variável 144 do e-GESTÃO (Impugnações à sentença de liquidação pendentes). Em 17/1/2018 foi registrada a ocorrência "PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico".	Sanear o feito para baixa do incidente.
10	0001403-31.2011.5.15.0016	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento). Em 8/7/2016 foi registrada a ocorrência "RMA -Remetido ao Arquivo na Caixa 0, com 0 folha e Darf às folhas 0".	Sanear os lançamentos para a baixa do feito, assim como dos demais em situação semelhante.
11	0000725-50.2010.5.15.0016	Processo físico na ocorrência "DCA - DEVOLUÇÃO DE CARGA" desde 04/09/2017. Há outros 19 processos na ocorrência.	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
12	0002845-61.2013.5.15.0016	Processo físico na ocorrência "DES - DESPACHO" desde 15/04/2017 quanto ficou determinada expedição de mandado para reavaliação do imóvel penhorado.	Prosseguir com o feito, cumprindo-se o determinado no despacho, sem a fragmentação de tarefas.



		Há outros 8 processos na ocorrência.	
--	--	--------------------------------------	--

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Fez-se presente o Dr. Fernando Camolesi Flora, OAB/SP 147.173, ratifica o pleito de criação de posto avançado no município de Votorantim, bem como, tece elogios ao CEJUSC de Sorocaba.

Compareceu a Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da 24ª Subseção de Sorocaba representada por seu Presidente Dr. Márcio Rogério Dias e pelo Presidente da Comissão do Exercício da Advocacia Trabalhista Dr. Renato de Freitas Dias. Em síntese, identifica que há desequilíbrio entre a demanda processual no fórum e a estrutura ali existente, resultando na demora excessiva para a solução de processos. Ilustra-o apontando a pauta de audiências inicial/una com agendamentos para o final de 2019, bem como, o prazo médio superior a 500 dias apurados entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença. Reconhece a limitação orçamentária vivida por esta justiça especializada e sugere que seja realizado um estudo com o propósito de apurar unidades cuja manutenção não se faça necessária, transferindo-se assim toda a sua estrutura para o fórum de Sorocaba, quiçá com a instalação de mais uma vara, para uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. Coloca -se à disposição deste Tribunal para a busca de soluções.

Especificamente quanto à 2ª Vara do Trabalho de Sorocaba, aborda os seguintes aspectos: pauta de audiências para meados de 2019.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM. Juíza Titular CANDY FLORENCIO THOME está autorizada a residir fora da jurisdição (ATO 14/2016 GP-AAM).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo TONY EVERSON SIMÃO CARMONA reside na sede da circunscrição.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB



da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 180/2017.

25 - ENCERRAMENTO:

No dia 13 de abril de 2018, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador-Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.